

Pára com isso, Oscar!!

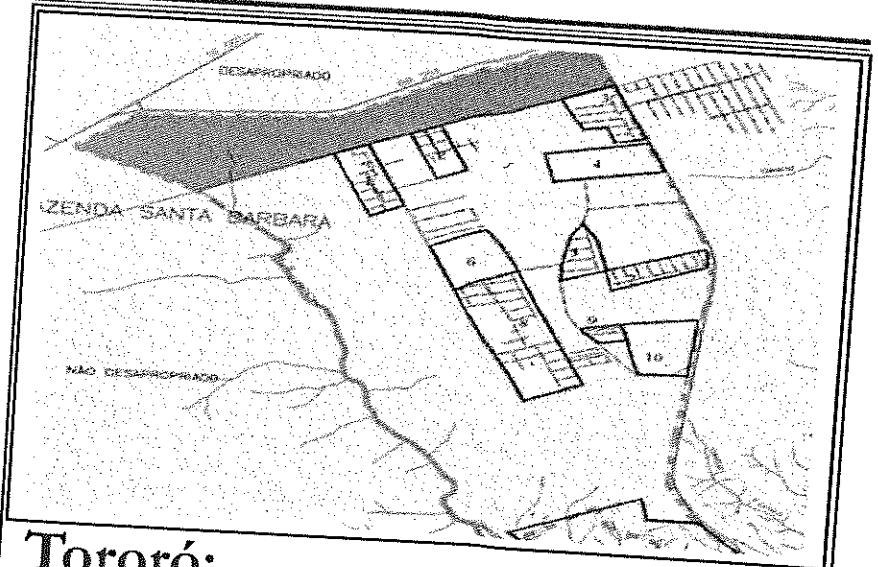
De forma alopada e irresponsável o sub-sindico espalha pelos quatro cantos do Mirante os nomes dos condôminos que estão "pendurados" com o condomínio causando constrangimento aos devedores e expondo aos que não deve nada ao pagamento de ações judiciais por danos morais.

A administração do Parque do Mirante está inovando na maneira de cobrar os inadimplentes. O negocio é o seguinte. O sub-sindico Oscar Campos fala tudo ao vizinho do devedor e solicita a ele que diga ao inadimplente que resolva as suas pendências juntos ao condomínio para não ser atirado ao limbo da justiça. "Na administração de Maria José ela costumava proteger os amigos devedores. Na nossa a regra é para todos. Amigos e inimigos vão ter que pagar o que devem", disse Oscar para dois condôminos no ultimo domingo sobre o seu novo método de acabar com a inadimplência do condomínio. A indecorosa e irresponsável maneira de cobrança está sendo repudiada tanto pelos que devem (por causa do constrangimento sofrido perante a comunidade) como também pelos adimplentes que correm o perigo de ter que desembolsar grandes somas em dinheiro para pagamento de ações por danos morais casos os ofendidos resolvam buscar tal reparo na justiça. Oscar Campos parece não se emendar nunca. Está longe de deixar de cometer as suas alopadas e insolentes ações que colocam em perigo de prejuízo os condôminos e muitas das vezes ele próprio. O mal-estar causado por Oscar foi lançado. Agora todo morador devedor vai sempre achar que o seu vizinho está lhe olhando como mais um caloteiro da comunidade.

EXPEDIENTE

Informe Mirante é uma publicação mensal de interesse da comunidade Parque do Mirante dirigida aos condôminos.

Editor Responsável: toniduarte@senado.gov.br
Jornalista Toni Duarte
FENAJ N° 644/03/25 DRT-MA



Tororó: Um lugar para se morar bem

A região sul do Distrito Federal, que vai de São Sebastião até Santa Maria, é uma área com características rurais. Os donos de chácaras e fazendas que vivem ali são privilegiados, pois têm uma natureza rica e variada no quintal. Na região, está a Cachoeira do Tororó, de uma beleza ímpar. A área nos arredores é a última parte de cerrado vazia e plana no DF, fora de unidades de conservação ambiental. Mas a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (Pdot), em tramitação há um ano na Câmara Legislativa, transforma em zona urbana o território, que tem nove vezes o tamanho da cidade do Gama — o que representa 2.487,06 quilômetros quadrados. A idéia do governo é criar um eixo de desenvolvimento às margens da DF-140 e aliviar a pressão sobre cidades como Taguatinga, Samambaia e Ceilândia. Pelo projeto, a mancha urbana iria até o Porto Seco do DF, em Santa Maria. A imensa área verde foi dividida em três categorias: Zonas Urbana de

Uso Controlado, de Contenção Urbana e de Expansão e Qualificação. O governo promete controlar a ocupação no local, mas especialistas temem que as mudanças sejam um incentivo para um crescimento exagerado do DF. O Pdot é o plano que define as diretrizes para a ocupação do território por 10 anos. É o documento que diz, por exemplo, quais áreas são urbanas, rurais ou de preservação ambiental. Aponta para onde a cidade pode crescer, qual o tipo de construção é permitida em determinado local e a altura dos prédios. O Pdot que rege o DF atualmente é de 1997 e está desatualizado. Há condomínios erguidos em áreas antes consideradas rurais e que precisam passar a ser urbanas para que os loteamentos sejam regularizados. O Setor Habitacional Tororó é formado por 24 parcelamentos. Onze deles ainda estão vazios e os demais não foram todos habitados. Dos 1,5 mil hectares, apenas 10% estão ocupados. Com a aprovação do Pdot e dos condomínios, o adensamento vai chegar a 40 mil habitantes no local.

Quem viu o síndico por aí?

Perguntar não ofende. Mas quem já viu o síndico Alexandre Alves andando pelas ruas do Mirante? A resposta é: ninguém. O fato é que estamos diante de um desmazelo administrativo. Várias ruas estão alagadas e o mato cresce nos terrenos baldios. Os diretores fazem ouvido de mercador para os reclamos da comunidade. O Conselho Fiscal que nunca se reuniu não está servindo para nada. Triste e pobre Mirante.

*Por Toni Duarte

O condomínio Parque do Mirante não é mais aquele. Diria um morador da Rua S que encontra-se literalmente ilhado desde de quando despenca-ram as primeiras chuvas na região. A lagoa barrenta e fedorenta formada em frente a sua residência impede que os membros da família saem de casa sem ter que enfiar primeiro os pés na lama. "Pobre das crianças. É uma desgraça só", reclama indignado o condômino. E não é por falta de reclamação para que a administração resolvesse o problema. Dezenas delas já foram feitas sem que tivesse uma resposta, confessa o morador prejudicado. Outras dezenas de poças d'águas vem se formando no leito das ruas cheias de matos e buracos por falta de manutenção. Retrato típico do abandono e da incompetência administrativa. Os carros na rua B para se livrarem da água barrenta no meio da via passam rente aos portões das residências expondo ao perigo a vida de quem pode sair subitamente de dentro das moradias. O síndico pouco se vê na administração do condomínio e quase nunca andando pelas ruas da comunidade. Dos poucos moradores que ocupam a Rua M onde mora Alexandre Alves, a maioria absoluta diz que não o conhece. Outros apenas consegue vê-lo quando passa de carro. Durante os dois últimos meses do ano a movimentação de síndicos das centenas de condomínios horizontais de todo DF foi intensa junto aos órgãos governamentais. Todos lutam e defendem com unhas e dentes a aprovação de seus processos dentro dos órgãos de governo. Mas as presenças daqueles escolhidos para representar o Mirante e correr em busca da regularização é nula até agora. No mês de dezembro o governador Arruda esteve no Jardim Botânico entregando o termo de regularização de alguns condomínios daquela área. O Tororó é uma região particular com 24 condomí-

os, 11 deles ainda vazios. Se o projeto urbanístico foi liberado, falta ainda o licenciamento ambiental de instalação, de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Essa parte está em banho-maria. A famigerada AETOR a quem já pagamos uma fortuna não tá nem aí. Ainda assim a entidade picareta é defendida ardorosamente pelos sub-síndico Oscar Campos, que não deixa atrasar de forma alguma o "boró" pago pelo condomínio todo final de mês. Ou seja: nós pagamos algo sem resultado algum. Ainda no Jardim Botânico, Arruda disse. "Os moradores tem que exigir mais de seus síndicos para que eles corram com a documentação no Grupar para fins de regularização de seus parcelamentos". Falou isso ao assinar o termo de liberação parcial do projeto urbanístico do Setor Habitacional Tororó. Porém aqui no Mirante estamos equidistante de alcançar essa façanha. É flagrante o desenterese da mediocre administração do Parque do Mirante. Os moradores do São Francisco I, São Francisco II, Prive do Lago Sul, Flaboyan e Santa Bárbara tem mais sorte do que a gente. Os síndicos desses residenciais se concentram 24 horas dentro do GRUPAR (Grupo de Análise e Aprovação de Parcelamentos de Solos e Projetos Habitacionais), apresentando suas



pendências e pressionando pela aprovação dos projetos individuais de seus parcelamentos. Muitos estão quilômetros de distancia a nossa frente a exemplo do síndico Agner do Condomínio Privê do Lago Sul. Já está com todos os seus projetos devidamente aprovados pelo GDF. E olhe que o síndico do Privê sequer tem pró-labore para desempenhar a sua tão honrosa tarefa. Se alguém perguntar a um dos senhores diretores do condomínio Mirante o que é o GRUPAR, ou quem é o secretário executivo do Grupar, a resposta é: "não sei o que é isso e nunca vi esse cidadão mais gordo". Diante do exposto penso que estamos todos litelamente no sal por nossa culpa, pela nossa máxima culpa.

*Toni Duarte é jornalista e condômino do Mirante há dez anos